

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

*Projeto de pesquisa apresentado
ao Programa de Pós-Graduação
em Mestrado – Filosofia: Ética e
Filosofia Política, como requisito
parcial das Atividades de Pesquisa.*

Jonas Farias de Barros

Planejamento urbano, direitos humanos e o conflito com o poder.

Área de Pesquisa: Ética e Filosofia Política.

São Paulo 03 de agosto de 2015

1. Objetivo

O Presente trabalho vai fazer abordagens: históricas, filosófica e social, através da reflexão da Psicanálise Política de Freud, o intuito será elencar, os atuais conflitos existenciais, presentes nas principais cidades do mundo, com ênfase para *A Grande São Paulo* (ABC). Esses conflitos se enraízam quando o *Planejamento Urbano*, braço direito do *aparato Estatal*, torna-se uma ferramenta despótica, porque as políticas públicas desenvolvidas e aplicadas pelos *servidores públicos* e *autoridades públicas*, não tem o intuito de tratar os membros da sociedade como um fim, mas sim como meios para atingir um fim, ou seja, beneficiar-se com a patrimonialização, para si do bem público, e isto fere não só os direitos universais do homem, como também os demais direitos universais como um todo.

O estudo tem como meta, relatar que a convivência na sociedade civil, organizada pelo aparato estatal do *Planejamento Urbano*, desenvolveu nos cidadãos: medo, ganância, ira, intolerância, exploração, etc., mas o exposto, não pretende defender a volta do homem ao seu *Estado de Natureza*, mas sim o objetivo é desenvolver *políticas públicas* que incentivem a um *Planejamento Urbano* racional, já que é no convívio social, através da política, *como arte do bem viver*, tendo ela cunho democrático e sendo edificada através da dialética e da reflexão, que os cidadãos encontram: a paz, a solidariedade, a fraternidade, liberdade, a equidade, ou seja a *Ética Prática*, portanto este projeto, adota a *Psicanálise Política* de Freud, como método para compreender o *Nihilismo* de Nietzsche e a descrença à sociedade civil, narrada por Rousseau, em *O Discurso da origem das desigualdades e propõe solução para esta problemática*.

Serão expostos também como métodos de auxílio ao bom *Planejamento Urbano*, as abordagens psicanalíticas e filosóficas de Rozitchner e Onfray, os quais muito bem explanaram que a *androfobia* pode ser compreendida, porque os homens como indivíduos ou o *Estado* como *Administrador*, não se atentaram em controlar seus ímpetos existenciais da *agressão*. Por fim, abordar-se-á de forma crítica, o materialismo dos comunistas, que acreditavam que a *agressão* entre os homens ocorreu, porque existe o eterno conflito *Edipiano* pela posse da propriedade privada, que separa os homens entre opressores (burgueses) e oprimidos (proletariado).

No desenvolvimento deste projeto, valendo-me ainda da filosofia e da psicanálise, vou procurar demonstrar a obrigação do filósofo, que como intelectual, ao ser inserido como um membro do *Poder Estatal*, deve dedicar-se assiduamente a servir à sociedade civil e discutir com ela, os assuntos polêmicos mascarados pelo *aparato estatal*, estando também o filósofo, incumbido de fazer os cidadãos pensarem e participarem da vida política. Rozitchner, vítima da ditadura militar Argentina, instruiu que houve um tempo, que filosofar, na América Latina, era um artigo de luxo. Quem desafiou, teve tatuado no corpo a marca: tortura, exílio ou morte. Vale lembrar também, Hanna Arendt, nos campos de concentração, Galileu Galilei que precisou negar seus dogmas para não ir à fogueira e os Conflitos entre Voltaire e a Religião católica, que negou-lhe inclusive o seu sepultamento e o próprio Rozitchner que foi perseguido pela ditadura Argentina, por ter ousado denunciar a arbitrariedade da ditadura Argentina e as demais ditaduras na América Latina.

Almeja-se, fortalecer as políticas públicas para inibir o nascimento das intolerâncias ou segregações, tendo em vista que em pleno século XXI, ainda estão presentes nas sociedades: decapitações, apedrejamentos, espancamentos, torturadas, chacinas, sexismo, intolerância religiosa, racismo, homofobismo, xenofobismo, especismo, punições às condutas sexuais consideradas imorais, sendo que no Brasil ainda estão presentes muitos destes males sociais.

Pretende-se refutar, através da *ética prática*, ideias que culminaram no machismo e especismo derivadas do Superego de filósofos como Platão, Aristóteles, Nietzsche, Kant e da Bíblia, os quais tratam as mulheres, os animais, os desprovidos de recursos, e os deficientes, como sendo seres inferiores, já que a teoria proposta por estes pensadores acabou por ser o pontapé inicial para dar origem à diversas formas de intolerância e segregação supra citadas.

2. Problemática.

Para melhorar a vida nas sociedades precisa-se antes de mais nada, *confiar no outro*. Hobbes, quando escreveu o Contrato Social, argumentou que a sociedade surgiu, porque os homens vivendo livres na Natureza, cuja *androfobia* de ser tomado de assalto, ou de ter a integridade física ameaçada, impossibilitava a socialização entre as partes.

Este *Estado de Insegurança*, Hobbes denominou de: *Guerra de todos contra todos*. Para entrar em sociedade foi necessário que os homens se reunissem e elessem um soberano e lhes entregaram não só as suas liberdades, como também depositaram neste líder, toda a confiança individual, para que este líder, eleito pelo sufrágio nacional, organizasse o *Estado* e os governassem, com equidade, ou seja, o direito dos súditos serem livres de comprar e vender onde quisessem, de comprar terras e ter o direito sobre elas, de escolher a alimentação, a profissão, o método de educar os filhos e o direito de preservar a vida, que é um dos direitos mais importantes (Hobbes, 2007).

Para Hobbes a Criação do Estado e seu desenvolvimento urbano devidamente planejado, pôs fim às competições entre os homens levando-os à harmonia, já que o *Estado de Natureza* era uma anarquia, porque o forte atacava os fracos, os fracos os fortes. Impera-se o livre arbítrio. Sem leis não havia, proteção dos bens, da vida, dos filhos, nem direito à herança e nem à propriedade, em suma havia a *Guerra de todos contra todos* já que a liberdade permitia tomar as terras, as posses e a família do outro pelo uso da força (Hobbes, 2007).

De acordo ainda com as considerações de Hobbes, a justiça e a injustiça pertencem ao homem em sociedade. Nela há proteção e direitos, graças aos acordos que se firmam. No *Estado Civil* é comum dormir com janelas e portas fechadas, por o dinheiro no cofre e se armar quando for viajar. É comum uma nação espionar a outra, porém, em qualquer caso há a possibilidade de punição aos infratores (Hobbes, 2007).

Nesta filosofia política, proposta Hobbes, todos os cidadãos (soldados, homens e mulheres e até crianças) são obrigados, em caso de guerra, a enfrentar o inimigo para proteger o *Estado Social*, não tendo a liberdade nem de fugir e nem de se entregar, salvo ordens do comandante, pois a obrigação de defender o *Estado* é de todos e se dá pelo dever, pois se os súditos deixarem o *Estado* morrer, então foi em vão o pacto que fizeram para criá-lo (Ibid., 2007). Vejamos:

Caso o soberano ordenar a alguém, portanto — mesmo que justamente —, condenado, que se mate, ou se mutila a si mesmo...ou que se abstenha de usar os alimentos, o ar, os medicamentos ou qualquer outra coisa sem a qual não poderá viver, esse alguém tem a liberdade de desobedecer... Quando nossa recusa de obedecer prejudica, portanto, o fim em vista do qual foi criada a soberania, não há a liberdade de recusar. Caso contrário há essa liberdade (Hobbes, 2007, p. 163-4).

Rousseau em o *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, argumentou que a convivência em sociedade, desgastou as relações, fez surgir às desigualdades, como: misérias, medo, opressão, falso moralismo, trabalho escravo, torturas, governos totalitários, guerras, ideologias e intolerâncias de toda a espécie, ao passo que o desespero predominou, de modo que alguns renegaram sua condição de cidadão e voltaram a viver como selvagens. Ele também vai descrever o *Estado Civil*, como um declínio, aos homens, porque lhes tiram a liberdade tornando-os escravos: do trabalho, da moralidade, dos luxos, das leis, etc. Que o *estado de natureza* é o lugar que o homem sabe o que é a liberdade. Conforme Rousseau expressa: “*A Natureza cria os homens livres, mas a desigualdade é criada pelo próprio homem*” (Rousseau, 1978).

Rousseau, no discurso descreve o *Estado Civil*, como um declínio, porque o convívio em sociedade surge males, os quais afligem aos homens antes mesmo da velhice como: depressão pelo excesso de ociosidade, de trabalho, doenças provocadas pela gula, carência de alimentos, promiscuidade, dentre outras mais. O *Estado Social* caracteriza-se pela concentração de renda nas mãos de poucos, predomínio de uma multidão de famintos, que culmina no desespero e nos suicídios. (Rousseau, 1978).

Daí saiu as guerras nacionais, as batalhas, os assassínios, as represálias, que fazem estremecer a natureza e chocam a razão, e todos esses preconceitos horríveis que colocam na categoria das virtudes a honra de derramar o sangue humano. A gente mais honesta aprendeu a contar entre os seus deveres o de cortar o pescoço dos semelhantes: têm-se visto, enfim, os homens se massacrarem aos milhões sem saberem por quê; e cometem-se mais assassínios em um só dia de combate e mais horrores na tomada de uma só cidade do que no estado de natureza, durante séculos inteiros, sobre toda a superfície da terra (Rousseau, 1978, p. 12).

Rousseau conclui que a servidão não cabe em hipótese alguma ao homem em *Estado de Natureza*, pois ele é independente, já no *Contrato Social* a sociedade torna os homens dependentes uns dos outros e a lei do mais forte torna verdadeira e necessária à servidão do mais fraco, em recursos, a se submeter ao mais poderoso economicamente, o que resta a concluir definitivamente que na *Sociedade Selvagem* o homem não conhecia nem os vícios, nem as desigualdades, ao passo que na *Civil* a moralidade vicia os homens, basta ver que é por intermédio dela que se condenam as mulheres a temerem o deboche da sociedade que as conduzem ao aborto. (Rousseau, 1978).

Rousseau acreditava que a sociedade nasceu quando um determinado indivíduo cercou e apossou-se de uma gleba de Terra, outros lhe imitaram formando-se o primeiro

esboço da *Sociedade Civil*, a qual seria definitivamente a desgraça do homem, deste modo Rousseau descreveu:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastante simples para acreditá-lo, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não teria poupado o gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes de que os frutos são de todos, e a terra de ninguém”! (Rousseau, 1978, p. 110).

Os que cercaram a Terra impuseram ao outro a carência. Logo tudo aquilo que o homem retirava livremente da Natureza, está em posse daquele que a cercou. O que ficou desprovido de recursos se sujeita a oferecer sua força de trabalho aos donos da Propriedade privada. Surgem então diversas necessidades: uma que é do miserável que precisa sobreviver e a outra do proprietário de Terra que quer ampliar seus bens. Deste entrosamento os poderosos exploram os subordinados e os subordinados se submetem às humilhações dos poderosos. Surge um sistema que só é típico deste Estado Civil, em que o mais fraco, porém economicamente poderoso subjuga diversos homens muito mais fortes, porém desprovidos de recursos. Ademais, é na relação de trabalho que os subordinados começam a concorrer entre si e tornam-se rivais (Rousseau, 1978).

Rousseau vai demonstrar também que a *Guerra de Todos contra Todos* (Ataxofobia) não está no *Estado de Natureza*, como havia previsto Hobbes, mas sim que este conflito existencial, nasce com a assinatura do *Contrato Social*. As relações de trabalho segregam os homens entre ricos e pobres, torna-os avaros, ambiciosos, cínicos e maus, “*levanta-se entre o direito do primeiro ocupante, um conflito perpétuo que só termina por meio de combates e morticínios*”, (androfobia) de modo que no *Estado Social* houve mais mortes violentas do que o *Estado Natural* (Rousseau, 1978).

O *Estado Civil* na concepção de Rousseau fingia ser um bem que era dado aos homens, mas na realidade foi um mal, uma mentira, com o intuito exclusivo de domar os homens e transformá-los em escravos. Os Selvagens perceberam o mal que era viver neste *Estado Civil* e não hesitaram de lutar até o fim de suas forças para repudiar o jugo de exploração, escravidão e desigualdade que lhes seriam dados. Assim Rousseau se expressou: “*quando vejo multidões de selvagens completamente nus desprezar as voluptuosidades europeias e arrostar a fome, o fogo, o ferro e a morte, para não conservar senão a sua independência sinto que não compete a escravos raciocinar sobre a liberdade*” (Rousseau, 1978, p. 116).

Nietzsche, em *A genealogia da moral*, advoga que é na *Sociedade Civil* que conhecemos o *niilismo*, o qual é responsável por dar um ar manicomial à sociedade, já que a convivência entre os cidadãos, torna-os: androfobicos, temerosos, depressivos e desgostosos da vida. Vejamos:

Os doentes são o maior perigo para os sadios: não é dos mais fortes que vem para os mais fracos a calamidade, mas para os mais fracos... Decerto se não deve desejar que diminua o medo entre os homens, porque esse medo obriga os homens a serem fortes... ele mantém o tipo de homem robusto. O terrível e desastroso não é certamente o maior medo, mas o *grande desgosto do homem*... “última vontade” do homem, sua vontade de nada, o niilismo. De fato, muitas coisas já o prepararam. Aqueles que têm olhos, ouvidos, nariz, percebem por todos os lados a atmosfera de um manicômio e de um hospital, em todas as partes do mundo civilizado, em toda espécie de “Europa”. Os *doentes* são o maior perigo do homem; não os *maus*, não as “feras de rapina”. Os desgraçados, os vencidos, os impotentes, os *mais fracos* são os que minam a vida e envenenam e destroem a nossa confiança...Nesse terreno pantanoso do desprezo de si mesmo cresce essa erva ruim, essa planta venenosa, pequena, oculta e adocicada. Aqui formigam os vermes de sentimentos de ódio e rancor (Nietzsche, 1989, p. 118-119).

Para Nietzsche, a Sociedade não se iniciou, nem pelo pacto que tirou os homens do *Estado de Natureza* e nem por um *Contrato Social*, mas sim se iniciou pela astúcia de homens interesseiros, que empregaram suas forças voltadas em dominar e explorar os mais frágeis. O nobre, o colonizador, aquele que dá vida à *sociedade civil* é representado na figura do europeu de cabelo loiro e liso e olhos claros, é o homem puro, fino e culto, ao passo que o conquistado, que vive no *Estado Natural*, que é negro, ou mulato, com olhos escuros e cabelos crespos é taxado de: rude, degenerado e feio. Inculcando estes juízos de valores, justificaram não só as colonizações, os massacres, a discriminação racial, mas também a escravidão (Nietzsche, 1989).

Nietzsche diz que é o eterno duelo entre opressor e oprimido que caracteriza a vida em sociedade. O Direito, Ética e Religião se firmaram pela violência, porque forçaram os súditos dominados a se inclinarem as normas que o colonizador ditava às colônias. Com o passar do tempo, tendo os ânimos se acalmado, possibilitou a estabilização da *Sociedade Colonial*, e isto se deu graças ao aparato estatal, que se valendo do *Planejamento Urbano*, convence que o direito e a religião dos conquistadores, não são mais reconhecidas como imposição e adquirem um caráter de ser um bem, o qual vai recuar as vinganças dos homens, quer pelo medo da punição das leis, quer pelo medo dos castigos e suplícios espirituais. Em suma, os súditos colonizados não são capazes de se lembrar dos mais terríveis suplícios, aos seus antepassados tais como: opressões, derramamento de sangue de seus mártires,

lapidação, suplicio da roda, empalamento, esquartejamento, dentre outros. (Nietzsche, 1989).

Os escravos e os plebeus no decorrer do percurso da história são capazes de perceber que não possuíam identidade, pois o que imperou foi a identidade dos nobres: “*Nós os Nobres, nós os bons, nós os formosos, nós os felizes*” (Nietzsche, 1989, p.38). Para o escravo e para o plebeu o que lhes são transmitidos é que não são nem nobres, nem bons, nem formosos e nem felizes, mas estes excluídos se reconhecem como homens injustiçados, oprimidos, sem recreação, sem descanso, levando-os a reconhecer no *aristocrata*, como sendo seu opressor e destruidor e responsável pelo jugo da servidão e da injustiça que lhes foram herdadas. Nasce a vontade da plebe se rebelar e romper os grilhões da dominação nobre (Nietzsche, 1989).

O oprimido ao ver a estrutura do *Aparato Estatal* não se rebela, porque sabe que é fraco, logo perdoa o seu opressor, porque teme enfrentá-lo, já os religiosos também temerosos do conflito, argumentam que os Deuses os instruem a respeitarem as autoridades e que Deus cuidará dos oprimidos e punirá os opressores, porém tanto no primeiro caso, como no segundo, todos estão transpirando de ódio. Deus torna-se a válvula de escape para o oprimido, que é um covarde, mas na realidade os fracos querem algum dia serem fortes, e quando assim o forem, não hesitarão de deixar Deus de lado, para que eles próprios aniquilem os inimigos opressores. Basta analisar o caso da Roma e Judeia. Primeiramente esta com os ideais mais nobres dominou aquela e depois a Judeia fortalecida com os ideais mais nobres, dominou Roma (Nietzsche, 1989).

Genealogia da Moral é uma crítica de Nietzsche ao *contratualismo* de Hobbes, pois segundo Nietzsche, a *ataxofobia* do homem, no *Estado de Natureza* não lhe tornava um covarde, mas sim um ser forte e corajoso. É na convivência em sociedade que o homem torna-se depressivo e desgostosa da vida, perde a crença, e contamina os demais de modo que a sociedade, como um todo, passa a ser uma espécie de manicômio. A *androfobia* na sociedade conduz ao niilismo (Nietzsche, 1989).

A psicanálise de Freud argumenta que o convívio em sociedade, elaborada pela racionalidade das *regras do Planejamento Urbano Estatal*, causou o *mal estar na sociedade*, pois a vida tornou-se árdua e para suportá-la, os cidadãos buscam as diversas válvulas de escape: ou seja, na religião, no trabalho, drogas e por fim na

psicologia e psicanálise para retirá-los da beira do precipício que chegaram graças ao niilismo. Vejamos:

Esse argumento sustenta o que chamamos de nossa civilização é em grande parte responsável por nossa desgraça e que seríamos muito mais felizes se abandonássemos e retornássemos às condições primitivas... Uma pessoa torna-se neurótica, porque não consegue suportar as frustrações que a sociedade lhe impõe... enfim de que nos vale uma vida longa se ela se revela difícil e estéril em alegrias e tão cheia de desgraças que só a morte é por nós recebida como uma libertação? (Freud, 1978, p.15-7).

Para Freud, o problema da humanidade é a desconfiança do outro, ou seja, o *eterno conflito Edipiano*. Convive-se com o outro, precisa-se do outro, mas desconfia-se do outro (*androfobia*) e afasta-se do outro. Freud concorda com Hobbes, ao dizer que a desconfiança do outro, fez o homem sair da *anarquia*, pois através da celebração do pacto elegeu-se o *soberano patriarcal*, mas este não cumpriu o papel proposto por Hobbes, já que o soberano tornou-se tirano e os cidadãos cometem o *parricídio*, ou seja, se rebelam e pela força retiram o soberano do poder, mas não deixam à sociedade ruir ao *Estado Natural* (Freud, 1978).

A vida em sociedade passa a ser uma necessidade, mas como advogou Freud, ocasionará - *O mal estar na Civilização*, corroborada pelo excesso de burocratização cujo fim único é supervisionar e reger os homens, porque se percebeu que a saída do *Estado de Natureza*, para ingressar na vida social, não foi capaz de curar a desconfiança que tanto assombrou aos homens licenciosos no *Estado de Natureza* (Rozitchner, 1989). Freud acrescenta: “Amai ao próximo como a ti mesmo” é uma máxima que jamais levará à estabilização da sociedade, porque ninguém é capaz de conhecer as intenções do seu próximo, as quais podem estar carregadas de maldade, agressividade e abusos (Freud, 1978). *A vida em sociedade é um mal necessário para aos transeuntes, mas esta convivência assemelha-se a tortura da Pedra de Sisifo*. (Oliveira, 2008).

Freud no desenvolvimento de sua psicanálise, classifica a teoria da filosofia política de Hobbes, como uma *ideologia de dominação das massas*, na medida em que os homens não devem aceitar pacificamente a tirania de seu soberano patriarcal, porque a rebelião não levaria à dissolução do *Estado*. De acordo com Freud, o *conflito* sempre esteve presente nas relações humanas e sempre continuará de modo que a sociedade cometerá diversos parricídios contra seus chefes de governo, ou superiores hierárquicos. (Rozitchner, 1989).

Surgem destes parricídios o *Presidencialismo*, *Republicanismo*, *Comunismo*, *Socialismo*, *Capitalismo*, *Feudalismo*, uns solapando os outros graças às interações de desconfiança, divergências e medo entre os homens na sociedade. Criaram-se os Diretores que supervisionam os chefes, que supervisionam os encarregados, que supervisionam os trabalhadores. Criaram-se as leis, a polícia e outras autoridades, para ensinarem aos homens à ética, já que se supõe que eles só desenvolvem-na pelo medo da punição (Oliveira, 2008).

Para interpretar adequadamente como nasce, cresce e se enraíza o *conflito* foi necessário o aperfeiçoamento da psicanálise, como ciência histórica, que coleta os dados históricos e demonstra que o *Estado paternalista* organiza o psicológico dos indivíduos, bem como é capaz de explicar as patologias mentais: neuroses e psicoses que se desenvolvem nesta relação de submissão (Rozitchner, 1989).

As interpretações da psicanálise, a priori, por parte de Freud, chocaram o *Superego do especismo* humano, na medida em que Freud afirmou que a espécie humana sofreu 03 feridas mortais em seus estágios. A primeira quando Copérnico provou que o Planeta Terra não era o centro do Universo. A segunda quando Darwin demonstra que o homem não foi criado pelas mãos de Deus e nem a mulher da costela de Adão, mas sim que ambos vieram graças às evoluções das espécies. A terceira com o desenvolvimento da psicanálise, que descobriu o inconsciente dos humanos e o interpretou com eficiência, as suas inclinações quer para o bem ou para o mal (RAPPORT; FIORI; DAVIS, 1981).

A psicanálise política de Freud baseia-se em três conceitos fundamentais:

1. *Superego*: Responsável pela estruturação interna dos valores morais. Um repressor: “*Não faça isto, não faça aquilo*”. Ele é formado pelos fatores sociais, morais, culturais que são adquiridos em convívio com a sociedade: escola, na família.

2. *Id.*: Constituído pelos impulsos e instintos inatos que motivam as relações do indivíduo com o mundo. Processo primário que busca a satisfação geradora do prazer não querendo obedecer ao *Superego*.

3. *Ego*: É um intermediário entre o desejo e a realidade e não existe sem o *Id*. O *Ego* existe para chocar-se com o *Id*. e com o *Superego* e tomar a melhor decisão. Quando o *Ego*, não consegue dosar o *Id*, surgem, no indivíduo ou no Estado as

patologias psicopatológicas: fetichismo, masoquismo, sadismo, racismo, niilismo, especismo, sexismo, autoritarismo, etc. (RAPPORT; FIORI; DAVIS, 1981).

Rozitchner (1989) explicou que Freud acreditava que a primeira forma de conflito é psicológica e inicia-se quando a criança e o pai duelam pelo amor e atenção exclusivo da mãe. Neste enfrentamento psicológico, o infante através de seu *Id.*, deseja a morte do pai e chega a matá-lo mentalmente. O *Ego* da criança a faz compreender que ela nutre simultaneamente, ódio e amor pela figura paterna, porque este, embora lhe prive do amor da mãe, em contrapartida também lhe dá proteção, logo a criança retrocede em seu ódio e submete-se às leis do *Superego* do pai, mas cresce regrada por esta subjetividade. O Estado aproveita-se desta repressão *planeja e perpetua sua dominação urbana* através: Édipo – Família – Escola – Economia – Estado – Religião (Rozitchner, 1989).

Para Freud, o poder do pai paternalista, da primeira horda primitiva que celebrou o pacto, difere-se do poder do pai de família (*pater familiares*), que difere do atual poder paternalista Estatal (*statu potestate*). O primeiro lidou com homens adultos e evitou o parricídio pelo uso da própria força, o segundo lida com uma criança em formação, que não tem forças suficientes para enfrentá-lo. O terceiro teme o parricídio e planeja seu aparato de repreensão psicológica, como: Exército, Igreja, Relações econômicas, para barrar o perigoso desejo de agressão dos seus indivíduos de modo que o *Poder Estatal* valendo-se do *Planejamento Urbano* consegue regrar a própria subjetividade conturbada do louco. (Rozitchner, 1989). Vejamos:

Pinel recorre à outra fórmula: corrigir a imaginação “louca” do enfermo – o imaginário que quebrava a racionalidade e a ordem real do sistema social – para que esta imaginação se mantivesse nos limites preciosos e não ultrapassasse o autoziado e o aceitável... De maneira tal que se “curava” o doente tratando de restringir esse âmbito transbordante do imaginário para que voltasse a encontrar seus limites adequados no reforço das estruturas de dominação paternalistas, despóticas, as quais voltavam a desenvolver-se e incluir-se, como modelos sociais, dentro dos limites do internamento. (Rozitchner, 1989, p.18).

Michel Onfray em seu livro: *A potência de existir* descreve um relato atual de uma das muitas técnicas rudes que o aparato Estatal se vale para regrar seus subordinados: “*Eu morri aos 10 anos em novembro de 1969 até os 14 anos de idade*”, frase do autor referindo-se ao momento em que foi posto no orfanato, descrevendo-o como um ambiente carceral, contendo um lixão ao céu aberto e nos jardins as estátuas dos padres Dom Bosco e Dom Sávio tinham olhares pedófilos. Os broncos formavam-

se em *padeiros ou cozinheiros e os inteligentes em padres*, porém os livros e a leitura eram controlados pelos próprios Padres (Onfray, 2006).

Os internos eram conhecidos por códigos, sinônimo de abandono. 490 era o número de identificação de Onfray. A longa permanência no Orfanato levou Onfray a lavar as roupas dos garotos, neste local encontrava o refúgio de poder respirar um odor suave do cheiro das roupas e ter assim a infância preservada, porque no orfanato o cheiro fétido de suor, sujeira e masturbação eram comuns nos padres e nos internos. (Onfray, 2006).

No orfanato, os padres ensinavam o amor ao próximo, mas imperava o ódio. Os calouros eram humilhados pelos veteranos. Nos jogos esportivos, um duelo entre fortes e fracos, taxados de “mulherzinha”, o mais grave insulto no orfanato. Os padres assediavam sexualmente os garotos: nos estudos, na hora de dormir, na prática de esporte. O banho uma vez por semana. Quando as luzes se apagavam o padre fazia a ronda. Neste horário eram proibidas as conversas. Houve uma vez, em pleno inverno, um dos padres que fazia a ronda escutou cochichos. Os 120 internos foram obrigados a dormir ao céu aberto recitando poemas religiosos. Onfray expressou-se: “... *esta tarde eu não chorei. Eu prometi jamais chorar... somente o sofrimento ou a morte de pessoas as quais eu amo, me faz hoje derramar lágrimas*” (Idem, 2006, p.41 - tradução do autor).

Onfray narra também a história de um garoto que se recusou a tomar sopa de tomate com vermes e sangue de boi, o qual foi violentamente erguido pelos cabelos, lançado ao chão e chutado pelo padre, ao passo que todos assistiam calados e covardes a surra do menino e ouviam os berros que rompiam o silêncio. O sangue escorria e manchava o chão, castigo que se assemelhava às mortes cruéis impostas aos porcos. “*Eu guardo esta cena do silêncio todos os dias em minha memória*” (Ibid., 2006, p.45, tradução do autor).

Em o *Manifesto do partido comunista*, principalmente, nas dez primeiras páginas, Marx e Engels explicam ao leitor, que o *Capitalismo*, ferramenta de opressão do aparato *estatal burguês*, dissolveu todas as relações sociais bem solidificadas e cristalizadas que o antecederam. Assim com o advento do *Capitalismo* as pequenas empresas, os pequenos profissionais liberais e autônomos foram massacrados pelos

novos monopólios, que foram responsáveis por levar os pequenos à falência e ao mesmo tempo foram transformados em proletariados (Lessa; Tonet, 2008).

O campo que, antes da estabilização do Capitalismo, era populoso e bem povoado, e as cidades despovoadas, com o advento do capitalismo o campo tornou-se despovoado e as cidades tornaram-se populosas em excesso, mas não povoadas, já que os novos trabalhadores foram aglomerados aos baldes nas principais periferias das cidades (Lessa; Tonet, 2008). Vejamos:

Um vasto número de migrantes pobres é despejado nas cidades, que crescem como num passe de mágica – catastróficamente – do dia para a noite. Para que essas grandes mudanças ocorram com relativa uniformidade, alguma centralização legal, fiscal e administrativa precisa acontecer; e acontece onde quer que chegue o capitalismo (BERMANN, 2006, p.90).

Para Bermann, os autores (Marx e Engels) acreditavam que na Modernidade o Capitalismo era o rei das atuais depreciações de tudo daquilo que era tido como sólido para o homem, a saber, substituiu o trabalho manual pela máquina, igualou os sexos, já que homens e mulheres passaram a ser amontoados nas fábricas, e aos poucos as questões morais da religião começaram a serem substituída pelas regras que o capital visava para seu lucro. Desta forma, tudo aquilo que é sólido se desmancha, desaparece e dá lugar a outro sólido. Se o capital explora e gera miserável, por outro lado, faz concentrar nas mãos de poucos, vultosos lucros. O calor que destrói é o mesmo que impulsionam as máquinas, as ferrovias. Em suma, os homens são agentes e pacientes do processo diluidor que desmancha no ar tudo o que é sólido (Berman, 2006).

Ainda segundo as análises de Berrman, o ponto básico que fez a fama do Manifesto é o desenvolvimento da moderna burguesia e do proletariado e a luta entre ambos, tese a qual, corrobora com o *Manifesto Comunista*, no qual Marx e Engels deixam bem claro que desde os primórdios, entre as sociedades, o que sempre existiu foi uma ferrenha luta de classes, que se dividiu em exploradores e explorados. Na modernidade isto continuou a valer, porém, agora poderíamos denominar como proletariado, que nada mais era do que a grande massa que vendia seus serviços laborais e de outro a minoria que era detentora dos meios de produção e que explorava os proletariados (Berman, 2006).

Na República Romana, proletário era o cidadão sem posses, os excluídos da sociedade política e civil, ou meras mercadorias descartáveis, que estavam em busca de

reconhecimento. Marx se valendo do termo Romano, introduz para a modernidade a palavra proletário, já que estes não poderiam ser denominados nem como trabalhadores ou operários, porque estes, mesmo que fossem explorados eram ainda detentores de direitos, o proletariado não poderiam ser servos, já que estes, embora, excluídos da sociedade não eram cidadãos sem posses. Marx usa o termo proletariado para descrever o homem do século XVIII como uma incógnita, cuja identidade foi dissolvida no tempo, graças ao advento do capitalismo (Coggiola, 1991).

Em o *Manifesto do partido comunista*, os autores afirmam que a exploração do proletário dava lucro ao burguês. Em o *Salário, preço e lucro*, ambos introduzem a expressão de *mais-valia*, que para ser compreendida precisaria se analisar o contexto histórico. Assim numa sociedade predominantemente agrícola (feudal), a relação entre homens está centrada na posse da terra por parte do senhor feudal e das obrigações pessoais do servo para com o senhor, em lhe entregar assiduamente uma parte da produção (Coggiola, 1991).

O capitalismo quando substitui o feudalismo retirou do servo o direito de se aprimorar dos modos de produção. O capitalista, através da flutuação do mercado que outrora inexistentes, tem a capacidade de apreçar todas as mercadorias, inclusive, a força do trabalhador, que é fixada no menor subsídio, desta forma o trabalhador tem sua condição de homem dissolvida em mercadoria. Desta relação de apreçar as mercadorias é que Marx cria a expressão *mais-valia*, na qual argumenta que os trabalhadores submetidos a uma alta jornada de trabalho, assalariados e sem descanso semanal produziam produtos em excesso, os quais eram apropriados indevidamente pelo capitalista, quando na realidade os trabalhadores deveriam participar destes modos de produção (Coggiola, 1991).

Os autores comunistas em análise, escrevem o *Manifesto do Partido Comunista*, para ser apresentado mundialmente aos trabalhadores, com o intuito de adverti-los para que se unissem para que enfrentassem o capitalismo e substituí-lo pelo comunismo, já que este último poria definitivamente fim ao duelo entre opressores e oprimidos, que marcou toda a história das relações sociais entre os homens. (Coggiola, 1991).

Surtem os primeiros efeitos, na medida em que os trabalhadores descontentes, com as explorações laborais e da condição miserável a qual viviam, passam a se amotinar e a se dividirem em classes. Os capitalistas, em contra partida precisaram

realizar alguns movimentos sociais, tais como reduções das jornadas de trabalhos de mais de 10 horas para 10 horas, descanso semanal e a implantação do salário mínimo. (Bermann, 2006).

Marx e Engels estavam certos, pois na medida em que os trabalhadores passaram a se unirem em sindicatos, agremiações e associações conseguiram avanços trabalhistas consideráveis, tais como, a diminuição da jornada de trabalho para 10 horas, descanso semanal e muitas outras conquistas que nos beneficiam até a presente data de hoje, mas na concepção de Freud os comunistas afirmavam que a saída do conflito se daria definitivamente, quando o governo abolisse a propriedade privada, que segregava os homens em ricos e pobres, porém tal premissa psicológica é para Freud, outra ilusão insustentável, pois o duelo entre opressores e oprimidos não se deu pela posse da propriedade, caso houvesse de fato, a abolição dela, os homens entrariam em conflitos por diversos outros motivos inexplicáveis, tais como: crime passionai, injúria inveja, intolerância, sexismo, o qual denominou como *narcisismo das indiferenças* (Freud, 1978).

Independente se os comunistas estavam certos ou errados nas suas análises, a psicanálise política de Freud adverte, que o eterno *conflito Edipiano* é a angústia do medo que a situação fuja do controle e leve à humanidade ao enfrentamento aniquilatório de sua existência, ainda mais nos tempos em que a dominação da tecnologia e das forças da natureza, podem provocar sequelas ainda maiores do que as fornecidas pelas *Guerras Mundiais* (Freud, 1978).

Corroborando com esta análise, proposta por Freud, é que Edmund Husserl, escreveu a *Crise da humanidade europeia*, num período em que a Europa foi marcada pela Primeira Guerra Mundial e estava inserida num segundo conflito. Neste contexto de irracionalidade, Husserl pensou numa possível destruição da Sociedade Europeia, caso o *Velho Mundo*, não aproximasse sua humanidade pelo diálogo, já que a saída de qualquer crise consiste em abrir mãos das vaidades para depois aproximar-se do outro para dialogar. Sabe-se que reina uma intolerância na sociedade quer para mais quer para menos, e é por isto que o mundo é separado por países, Estados, Municípios e Bairros. Cada um tem sua bandeira, seu patriotismo, seu costume, seu hino, quando na realidade todos deveriam entoar apenas o hino da humanidade, mas nossa racionalidade ainda não está preparada para entoarmos juntos este hino (Husserl, 2006).

3. Justificativa e fundamentação teórico-metodológica da investigação.

Os gregos nutriam uma aversão à *tiranía*, e assim criaram a *democracia participativa*. Aristóteles por sua vez descreveu que a democracia poderia se desgastar e tornar-se uma *demagogia* e que a *aristocracia* se desgastaria em uma oligarquia (REALE; ANTISSEI, 2007).

Os gregos sabiam que havia diversas espécies de manipulação por parte do líder político, pois ele poderia apresentar-se como: simpático, altruísta, sedutor, tímido ou culto para que depois demonstrasse seu caráter tirânico. Foi pelo medo da tirania, que os gregos inventaram a filosofia, que já nasce graças às fobias da sociedade como: o medo da desordem social (*ataxofobia*), medo dos homens (*androfobia*), medo que os homens não se libertassem do mito (*espectrofobia*), medo da falta de conhecimento (*epistemofobia*) ou (*fronomofobia*), (REALE; ANTISSEI, 2007).

A filosofia por temer também as diversas formas de fobias, então resolveu recrutar seus filósofos para que esclarecessem os transeuntes, nas vias e praças públicas. O bom filósofo não pode ser *antropofóbico*, mas sim amar os homens, para orientá-los a ter uma vida melhor. É deste período que nasce o combate aos *Sofistas*, os quais queriam enganar aos homens, dando-lhes o falso pelo verdadeiro e procurando causar-lhes uma aversão à filosofia (*filosofobia*). É deste período também que nasce a *Ágora*, que eram as praças públicas de discussão política, a qual deu origem à *democracia participativa* e as primeiras reflexões sobre a ética, religião, política, sociedade e mais um sem fim de outras ciências, que culminaram em outras e assim sucessivamente (REALE; ANTISSEI, 2007).

Em *o mal estar na civilização*, Freud descreve que na atualidade não há mais os fóruns ou o coliseu que foram marcos arquitetônico da Roma Antiga inspirados na Grécia Antiga, pois é comum que o antigo seja substituído pelo moderno, como são os casos das atuais Metrôpoles, que enterraram suas antigas cidades (Freud. 1978). O Planejamento Urbano atual é braço direito do aparato estatal, porque é ele quem dá vida e determina o desenvolvimento das cidades. É na teoria, uma reflexão *multidisciplinar*, mas na prática, para não ser um aparato de opressão deve simultaneamente dar ouvidos à filosofia e à psicanálise e assim atingirá um nível mais sublime que é aquisição da *ética prática*, cujo exercício da filosofia q reformula o *Superego* dos indivíduos e

auxilia na reflexão dos principais problemas da humanidade: sexismo, racismo, segregação social, direito dos animais, fome, devastação de florestas, refugiados, intolerância religiosa, especulação imobiliária, eutanásia, aborto, fome no mundo, a moderna ciência, refugiados, dentre outras, que se desprezadas pela má reflexão do Planejamento Urbano, culminam nas infrações aos Direitos Humanos. (Singer, 1994).

A *Ética prática* é um remédio que vai proporcionar que tenhamos uma sociedade mais equilibrada e que afaste por completo não só o fantasma do parricídio Estatal, como também do conflito entre as partes e do desenvolvimento do niilismo, todos estes provocados pelo convívio em sociedade. A ética prática indaga: Quais seriam nossos direitos ao fazer sofrer os animais não humanos, apenas para satisfazer nossos desejos? Quais as nossas responsabilidades pessoais com os pobres? Será que é justo não se usar papel reciclado? E tratar os animais apenas como máquinas para produzir carne? (Singer, 1994).

A crença na superioridade da raça humana perante os animais não humanos é outra questão bem enraizada na maior parte das culturas; ousar desafiar esta concepção é comprar uma “grande briga”. Como já demonstrei questões importantes como o desmatamento, aborto, ingestão de carne animal, igualdade das mulheres e etc., ainda estão engatinhando nas principais sociedades civis do mundo (Singer, 1994).

A *Ética Prática* ao reformular o *Superego* demonstra que a “*Indústria Animal*” provoca um impacto ambiental no planeta, na medida em que ela desmata hectares de florestas para a criação e alimentação dos gados e desperdiça milhões de litros de águas para regar os alimentos plantados, os quais alimentarão o gado, ao passo que milhões de outras pessoas estão não só desprovidas de alimentos, como também de terras para o cultivo do alimento. Ademais milhões de litros de água são desperdiçados para limpar a carcaça do animal após o abate. Os esterco são lançados na terra poluindo os mananciais e matando peixes e vegetação nativa. Quando o correto seria o poder público incentivar através de campanhas, uma alimentação balanceada, com ênfase no vegetarianismo, pois ocasionaria menos danos ao planeta e um maior equilíbrio social aos homens (Singer, 2013)

Através do exercício da *ética prática*, buscou-se refutar o especismo humano, pondo em crítica os pilares que o sustentam, tais como: pensamento filosófico, como de Descartes, o qual dizia que os animais não possuíam consciência sendo, portanto, meras

máquinas, isentos de dores e sentimentos e do pensamento judaico-cristão, ao qual não previa em seus livros sagrados nenhuma punição aos que matassem ou maltratassem os animais (Singer, 1994), bem como o pensamento científico atual, onde milhões de animais são torturados nos laboratórios, tudo isso apenas para satisfazer nossos desejos (Rachel, 2004).

A *ética prática* se vale da *etologia* e através dela consegue finalmente refutar o *especismo humano*. A *etologia* ao estudar os animais percebeu que os mesmos são pais carinhosos, cuidam e alimentam a prole e raramente matam animais da mesma espécie; Ademais quando algum animal come ou devora algum homem, o mesmo não pode ser taxado de “*besta*”, pois tal título poderia ser aplicado aos homens, já que os homens matam, por ano, milhões de golfinhos, peixes, tubarões, leões, cangurus, apenas pelo prazer de matá-los, sem contar os milhões de animais mortos em abate (Singer, 2013).

Os animais estão preparados com chifres, garras, presas, cujas combinações podem ser fatais. Os combates por território são acirrados, mas o vencedor raramente elimina o oponente vencido. Os lobos aceitam a rendição do derrotado, não o matando. Os humanos por sua vez não possuem a mesma tolerância. Em guerras aprisionam, torturam e matam os vencidos. Basta ler os relatos recentes das duas guerras mundiais (Coetzee, 2002).

Rousseau, foi o primeiro grande pensador Iluminista, a dar as maiores contribuições à *ética prática* e um dos primeiros a refutar o *especismo humano*, pois em vários trechos dos seus livros, o filósofo advoga que se não é correto maltratar a bel prazer outro homem, cujas forças sejam inferiores, logo por analogia o mesmo não deveria ser feito aos animais, pois tanto num, como noutro, estavam presentes os sentimentos, os quais deveriam ser respeitados. Advogou também que as diferenças entre homens e animais eram na realidade mínimas, havendo mais diferenças entre os homens entre si, do que entre homens e animais. Que aqueles que negavam que os animais não tinham nem ideias e nem sentimentos, enganavam-se, pois bastava ver a entrada do gado ao matadouro e ouvir seu mugido de desespero (Rousseau, 1978). Vejamos os principais fragmentos:

Parece, com efeito, que, se sou obrigado a não fazer nenhum mal a meu semelhante, é menos porque ele é um ser racional do que porque é um ser sensível, qualidade que, sendo comum ao animal e ao homem, deve ao menos dar a um o direito de não ser maltratado inutilmente pelo outro... Todo animal tem ideias. Pois tem sentidos; combina mesmo as ideias até certo ponto: e, sob esse aspecto, o homem só difere do

animal do mais ao menos; alguns filósofos chegara a avançar que há mais diferença entre um homem e outro do que um homem e um animal... os tristes mugidos do gado, ao entrar no matadouro, anunciam a impressão que ele recebe do horrível espetáculo que o comove (Rousseau, 1978, p. 35;55 e 76).

A *ética prática* não faz o Estado organizar-se de forma excludente por temer o *parricídio*, pois ela conduz o homem a controlar a raiva que leva ao conflito, e poria fim aos debates abordado pelos filósofos psicanalistas supras. Ela mostra também, que a cura da antropofobia é possível na medida em que os homens possam aprender com os animais. Coetzee em *A Vida dos Animais* demonstrou que o homem desenvolveu a inteligência para substituir a força, mas ao mesmo tempo possui a vingança e a raiva que aplicaram torturas, guerra e a raiva dos *Nazis* contra os judeus levou ao holocausto. (Coetzee, 2002).

A *ética pratica* também nos ensina, que as “*bugigangas*” que a China esta exportando ao mundo graças ao trabalho escravo de seus habitantes, que obrigados a produzir *mais valia* alimentam involuntariamente o *consumismo*, no qual os Governos dos demais países, inclusive o nosso, incentivam tais atos, advogando para as mídias que os cidadãos ganharam poder de compra e assim contribuem para o aquecimento do mercado gerando novos empregos. Nutre-se o incentivo ao *culto do consumismo* irracional. Os produtos já nascem depreciados. O *consumismo* contribui para o desperdício irracional da água. A menor “*bugiganga*”, que a China produz e que é destinada ao descarte, segundo dados da UNESCO, consome no mínimo 10 litros de água e um carro 14.800 litros de água (Correia, 2008).

O Planejamento Urbano da Grande São Paulo atende às regras Especulativas do Capital, que divide os bairros destas cidades em: ricos e pobres. A especulação eleva os alugueis e não permite que haja o aluguel social. Segundo dados do IBGE, os Bairros, mais populosos, de São Paulo, são também os mais pobres, possuem moradias insalubres, sem saneamento básico, ruas esburacadas, creches, escolas e hospitais escassos e sucateados. Nas periferias não se criam empregos, de modo que seus moradores trabalham geralmente ou em outras cidades, ou no centro ou em bairros mais desenvolvidos. Ademais nestes bairros periféricos o índice arbóreo é de apenas 0,20 m², quando a ONU recomenda 12,5 m² (Rakauskas, 2012).

É exatamente nesta segregação que surge o *Ídolo da Tribo*, representada pela figura do “*Patrão*”, que comanda os guetos e a da Polícia que abusa do poder. Neste contexto, uma simples tatuagem de palhaço pode gerar violentas torturas ao seu portador, por parte da polícia, a qual acredita que a tatuagem é uma expressão de afronta a sua autoridade, quando na realidade esta tatuagem já virou um modismo entre jovens segregados. Estes absurdos ocorrem quando o homem está aglomerado vivendo num mundo esquecido e regido pelas leis do silêncio, que afrontam os direitos humanos. São nestes rincões que os velhos estão esquecidos, há o predomínio de gravidez precoce, de abortos clandestinos, doenças sexualmente transmissíveis, alto índice de violências às mulheres e aos jovens negros. É neste contexto que na pobreza a polícia é temida e odiada e o patrão amado e nos bairros nobres, a polícia é sinônimo de segurança (Oliveira, 2008).

O que nos faz pensar na Ética prática, não é o amor ao Planeta e isto se dá, porque nos somos egoístas por natureza, mas vamos ter que cooperarmos mutuamente por causa do abismo que iremos nos deparar, se deixar o especifismo nos guiar. O filósofo David Hume dizia que os homens só cooperam, quando seus interesses estão abalados. Como exemplo, vejamos as cotas sociais impostas às empresas e universidades. Sabe-se que elas são reservadas às minorias, e são obedecidas não porque a empresa reconheceu que deveria dá-las para cooperar na construção de uma sociedade equilibrada, mas sim a empresa cumpre a lei da cota, pelo medo de ser punida com multas, logo a empresa coopera porque seus interesses financeiros podem ser atingidos.

No Brasil, em meados de 2014-15, vive-se a maior crise da seca no Sudeste, então a cooperação deveria vir por parte de todos, ou seja, evita-se por parte dos Administrados o desperdício de água, e por parte do governo o dever reparar as tubulações danificadas, que desperdiçam 30 % da água tratada, além de retirar a isenção de benefício de desperdício de água às empresas, porém na realidade os pobres são punidos com o racionamento, as empresas beneficiadas com o desperdício, nos bairros ricos não faltam água, mas nos pobres o racionamento é regra, sem falar que o governo não investe na infraestrutura e não reflorestam as cidades, os quais são métodos alternativos de combate à seca.

A ética em si como mencionou Kant deve ser um princípio universal, ou seja, princípios que são aceitos por todos os seres humanos racionais, retirando os interesses

personais e predominando apenas a razão. “*Amar o próximo como a ti mesmo*”, significa que quando fazemos juízos éticos, vamos para além das preferências ou aversões ou deixemos de lado o eu e tu, e pensemos no todo em geral. Os meus interesses não podem querer prevalecer sob os interesses dos demais, tenho de escolher as ações que tem a melhor consequência para todos os afetados, depois de ponderar as alternativas (Singer, 1994).

Este século assistiu muitas transformações; o tabu sexual foi quebrado, o aborto legalizado em alguns países, liberação do casamento gay, dentre outros, mas talvez um dos maiores avanços esteja na questão da igualdade entre os homens. A África do Sul abandonou o *Apartheid* e pessoas que se declaravam racistas, como alguns escritores, já não podem mais expressar essa ideia (Singer, 1994).

Para os racistas, os seres humanos não são iguais, mas são refutados pelos críticos, pois é óbvio que os humanos não são iguais, mas o são em direitos e deveres, e isto se dá porque são seres morais, com noção de justiça, e isto já é suficiente negar o preconceito de povos europeus aos povos africanos e ameríndios, por taxá-los como inferiores intelectualmente. Ora, sabe-se que há muitos africanos mais inteligentes que os europeus e muitas mulheres que são mais fortes, racionais e empreendedoras do que muitos homens (Singer, 1994).

Ser mais inteligente ou mais racional que o outro não dá o direito a discriminá-lo ou dominá-lo, basta ver as atrocidades que os povos *Ameríndios* sofreram com o domínio europeu. A *igualdade* é um princípio ético fundamental e não um enunciado de fatos. Um interesse é interesse, independente de quem é este interesse. Assim se houver um acidente e tenho duas pessoas feridas, sendo uma pessoa negra com a perna esmagada, e a outra uma pessoa, de pele branca e com fortes dores no quadril e se tenho apenas uma morfina, é correto que aplicá-la naquele que está com a perna esmagada, pois assim irei diminuir a sua dor, pois uma perna esmagada é mais grave do que a dor no quadril. Este exemplo mostra o defeito de teorias como o racismo, que privilegiam apenas a raça ariana, em detrimento do sofrimento das demais raças (Singer, 1994).

Esta analogia é usada na sociedade para integrar pessoas com deficiência e afrodescendentes. Assim, se discrimina um grupo privilegiado para dar oportunidades aos desprivilegiados. Suponhamos que um concurso público disponibilizasse 15 vagas,

sendo que 03 destas vagas são disponibilizadas para pessoas com deficiência física, na ausência de deficientes inscritos as vagas devem ser preenchidas pela ampla concorrência. Suponhamos que 03 pessoas com deficiência foram aprovadas, porém obtiveram notas inferiores ao 13º, 14º e 15º, mesmo assim ficarão com as vagas do 13º, 14º e 15º. Assim se não houvesse esta cota as pessoas com deficiência não assumiriam as vagas e ficariam excluídos do mercado de trabalho. Assim, se discrimina o privilegiado o desprivilegiando (Singer, 1994). Esta é a única forma de discriminação. Newton foi extremamente superior em inteligência a seus contemporâneos, mas isto não lhe deu direitos de se tornar senhor dos outros. Vejamos como o autor demonstra:

A Faculdade de Medicina, da cidade de Davis, se tinha limitado a reservar 16% dos lugares para alunos pertencentes à minoria... Suponhamos que os alunos rejeitados por este modo de proceder reclamavam dizendo terem sido injustiçados... não faz sentido admitir alunos incapazes de passar, porque não conseguirão tirar o curso. Em segundo lugar, poderia a Universidade dizer, quanto maior for a inteligência dos nossos licenciados, tanto mais provável é que sejam mais úteis à sociedade. Quanto mais inteligentes forem nossos médicos, tanto melhores serão na prevenção e na cura de doenças. Daí que quanto mais inteligentes forem os alunos que a Faculdade de Medicina admitir, maior Será o valor que a comunidade ostentará pelo seu investimento na formação médica. Este modo particular de proceder quanto à admissão de alunos é obviamente unilateral; um bom médico deve possuir outras qualidades. Os estudantes mais inteligentes admitidos ao abrigo de um esquema baseado na inteligência não tem maior direito intrínseco à admissão dos que os admitidos na discriminação positiva (Singer, 1994, p. 37).

Por fim, Eduardo Salgado, jornalista da revista exame, escreveu em 11/06/2014, a seguinte reportagem: *por que é tão desigual?* Nela vai explicar que nos centros de estudo das universidades e sedes dos principais governos do mundo, o tema mais debatido está na desigualdade social provocada pela disparidade de renda em todas as partes do mundo, o qual já experimentou, socialismo, capitalismo e comunismo e todos não foram capazes de dar uma contribuição definitiva para por fim a estas disparidades. O Comunismo em tese também decepcionou, pois sua ideologia baseada em dar fim nas disparidades entre os homens e sanar o conflito entre opressores e oprimidos, manteve as mesmas bases estruturais dos capitalistas e assim como estes só conseguiram diminuir o problema da pobreza com a *prática do mercado*. (Salgado, 2014).

Os detentores do capital são os responsáveis por ficarem no topo da pirâmide, e ditam as normas impondo quem será classe média alta, classe média, média baixa, pobre ou miserável. Isto ocorre quando decidem transferir suas empresas ou bens para

os países desabastados, independente se o país é socialista, capitalista ou comunista, como é o caso da China, que tornou-se a fábrica do mundo por sua grande abundância de mão de obra barata e subsídio de impostos (Salgado, 2014).

Com a mudança de sede, quem estava desempregado e na miséria acaba por ganhar um emprego, cujo salário é inferior ao pago aos empregados no país de origem, mas é o suficiente para retirá-lo da linha da pobreza e pô-lo na classe média baixa e ao mesmo tempo aquele que estava empregado no país de origem cujos proventos o classificava como classe média alta ou média baixa, agora está não só desempregado, como desqualificado e começa aos poucos perder a sua renda acumulada. Em tese a renda se distribui no mundo, mas não de forma equivalente, pois deste jogo, o único beneficiado é o detentor do capital, cujos lucros aumentam constantemente em até 200 vezes (Salgado, 2014).

Países como o Brasil, que outrora possuíam grande parte da população em favelas (construções insalubres feitas de madeira e esgoto ao céu aberto), embora mesmo com os casos constantes de corrupção, fez avanços sociais e diminuiu a pobreza e a disparidade de renda, mais mesmo assim, permanece no “ranking” dos mais injustos do mundo. Ao mesmo tempo a desigualdade social está aumentando nos Estados Unidos, França, Índia, África do Sul, independente se o país é de primeiro, segundo ou terceiro mundo (Salgado, 2014).

Nos países abastados, o 1% mais desenvolvidos foi o grupo que mais enriqueceu. O acúmulo de capital por parte das famílias mais ricas no mundo, são responsáveis também por ditar o rumo de sucesso dos filhos, já que serão os detentores dos melhores empregos, deixando os subempregos aos filhos dos que provêm de famílias carentes. Em tese, quem nasce desprovido de recursos, independente do país que viver estará condenado ao insucesso profissional (Salgado, 2014).

Desta forma, quem detém recurso no Brasil pode encaminhar seus filhos para estudar no melhor colégio europeu, e isto se dá porque no mundo inteiro, quem detém o capital está no mesmo patamar dos demais ricos espalhados pelo mundo e portanto gozam dos mesmos privilégios, de modo que os filhos dos médicos, advogados, administradores possuem 12 vezes mais chances de terem tão bons empregos como os dos seus pais, já o filho da empregada doméstica não terá a mesma oportunidade (Salgado, 2014).

A Dinamarca é o país modelo, pois o aparato Estatal organizou sua sociedade, de modo que os *Recursos Públicos* foram destinados a serem investidos no aperfeiçoamento da educação, e isto fez melhorar a distribuição de renda, de modo que qualquer que seja a criança, independente dos pais serem ricos ou pobres terão as mesmas oportunidades em disputar com igualdade os mesmos postos de emprego. Não foi necessário taxar com imposto a renda dos mais ricos, pois isto em nada contribuiria para a equidade social, pois se isto ocorresse no Brasil, talvez não surtisse efeito, caso o poder público não se interessasse em garantir uma educação de altíssima qualidade, construindo mais creches, investindo maciçamente nas crianças (Salgado, 2014).

“Se não melhorarmos a qualidade da educação pública, de uma vez por todas, daqui a duas décadas estaremos discutindo os mesmos temas de hoje”, diz Naércio Menezes Filho, coordenador do Centro de Políticas Públicas da Escola de Negócio Insper, de São Paulo (Salgado, 2014, p. 41).

Diante de todo o exposto neste desenvolvimento, através das idas e vindas, trouxemos a tona a possível Teoria do Estado Natural de Hobbes e mostrei as problemáticas que a Sociedade Civil enfrentou quando o aparato Estatal a Organizou, cujo Planejamento Urbano foi ineficaz, porque não procurou desde os primórdios das primeiras Civitatis, investir no social, na equidade, na educação de qualidade.

Atualmente os mesmos conflitos existenciais de outrora, se não devidamente curados, continuarão a assombrar as sociedades mundiais, de modo que os homens, como cidadãos, jamais conseguirão se libertar do niilismo e das instabilidades sociais que levaram as exclusões sociais e a tantas tentativas de parricídios ao Aparato Estatal no decorrer da história, como também das supostas repressões por parte do Estado para inibir as sedições. É por isto que O Planejamento Urbano, como matéria multidisciplinar, deve estar focado na prática da Ética prática.

4. Referências

COETZEE, J. M. *A vida dos Animais* – São Paulo: Cia das Letras, 2002.

CORREIA, João Carlos. *Impactos da indústria automobilística nas cidades do Estado de São Paulo e sua transformação em função do processo industrial*. 2008. Tese Doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP - São Paulo, 2008.

FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise; A história do movimento psicanalítico; O futuro de uma ilusão; O mal-estar na civilização; Esboço de psicanálise* – São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil* – São Paulo: Martin Claret, 2005. Coleção Obra-Prima.

HUSSERL, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia* – Lisboa: 2006. Edição eletrônica, disponível para consulta em: http://www.lusosofia.net/textos/husserl_edmund_crise_da_humanidade_europeia_filosofia.pdf, com acesso em 19/04/2015.

LESSA, Sérgio; TONET Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. Editora: Expressão popular – São Paulo: 2008.

MALKASSIAN, Gérard. *Candide: um débat philosophique* – Paris: Ellipses, 2005.

MARSHALL, Bermann. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar – a aventura da modernidade*. Editora: Cia das Letras – São Paulo: 2006. Disponível para consulta em: <http://seebook.com.br/plupload>, com acesso em 19/04/2015.

NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral* - São Paulo: Escala, 1989.

OLIVEIRA, André Gualtieri de. *Filosofia do direito – saberes do direito* - São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

ONFRAY, Michel. *Puissance d'exister* - Paris: Gasset, 2006.

RAKAUSKAS, Fábio. *Estado X mercado: Planejamento urbano em São Bernardo do Campo* – São Paulo, 2012. Tese de mestrado apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie.

RAPPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS Claudia. *Psicologia do desenvolvimento* – São Paulo: EPU, 1981.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia* - São Paulo: Paulus, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens: tradução de Lourdes Machado; introdução e notas de Paulo A. Bastide e Loutival G. Machado* – São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROZITCHNER, Leon. *Freud e o problema do poder* – São Paulo: Escuta, 1989.

SALGADO, Eduardo. *Por que é tão desigual?* - São Paulo: Editora Abril, 2014. Edição 1067, disponível para consulta em: www.exame.com e disponível em: <http://operipatetico.webnode.pt/news/reportagem-por-que-e-tao-desigual/>

SINGER, Peter. *Ética Prática* – São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____, Peter. *Libertação Animal* – São Paulo: Martins Fontes 2013.